

## 2. Aspectos estruturais de sentenças passivas

### 2.1. A Teoria Linguística Gerativa (TLG)

Como é comum no campo científico, o Gerativismo nasce num processo epistemológico em rompimento com outras teorias. Noam Chomsky, ao lançar seus pressupostos, coloca-se em oposição, em primeira instância, ao Estruturalismo americano e ao europeu (CHOMSKY, 1957). No que se refere à primeira corrente, pelo fato de esta nortear-se por uma teoria psicológica behaviorista, associando-a à linguagem, o que será criticado ferozmente por Chomsky já em suas obras iniciais<sup>4</sup>; com relação ao Estruturalismo europeu, a oposição decorre de sua visão sociologizante acerca do objeto de estudo comum, uma vez que o autor da Teoria Gerativa em questão assumiria o aspecto biológico da linguagem como o mote principal de sua pesquisa.

Mediante o estabelecimento dos contrapontos dados pela TLG a essas outras teorias contemporâneas mais sobressalentes<sup>5</sup>, instaurou-se uma revolução no meio linguístico. Haver pensado a linguagem sob um domínio próprio ligado à Filosofia da Mente e às Ciências Naturais trouxe questões muito pertinentes às Ciências Cognitivas que, no que se refere à linguagem, serão discutidas pela Teoria chomskyana ao longo de seu desenvolvimento, trazendo a Linguística para o âmbito das citadas Ciências da Cognição.

Boeckx e Hornstein (2003) refazem o percurso desse desenvolvimento e asseveram que três fases poderiam ser claramente pontuadas em termos dos diferentes objetivos que os próprios gerativistas teriam estabelecido para si. Esses objetivos, segundo os autores, permanecem na teoria até os dias atuais e podem ser relacionados em termos de constituição de fases, sendo divididas em (i) Combinatória, (ii) Cognitiva, e (iii) Minimalista. Estas fases se organizam, não-coincidentemente, ao redor de importantes publicações da figura mais proeminente entre os gerativistas, Noam Chomsky. A fase combinatória tem o seu cerne no texto de 1957, *Syntactic Structures*. A era cognitiva tem duas partes, seguindo os textos de 1965, *Aspects of the theory of syntax* e o de 1981, *Lectures*

<sup>4</sup> O leitor interessado nas críticas à alinhavagem entre psicologia comportamentalista e linguagem as encontrará em Chomsky (1959), em que o autor da teoria linguística gerativa faz uma revisão do livro *Verbal behavior* de Skinner (1957).

<sup>5</sup> Cabe mencionar, também, a oposição da Teoria Gerativa às Teorias Funcionalistas no concernente à preponderância da Sintaxe na primeira e a da Pragmática na segunda (NEVES, 1997). Esta diferença crucial já implicaria uma série de outros desdobramentos que, no entanto, não cabe discutir no desenvolvimento desta dissertação.

*of government and binding*. Este último, nas palavras de Boeckx e Hornstein (2003), já refletiria o espírito do Programa Minimalista. A última fase tem o seu cerne no texto de 1995, *The Minimalist Program*.

No chamado *período combinatório*, Chomsky (1957) apresenta seu modelo transformacional de língua, apontando-o como o formalismo adequado para a representação do fenômeno linguístico. Seu principal objetivo, neste momento, era propor uma gramática que desse conta de gerar todas as sentenças de uma língua e somente elas (cf. CHOMSKY, 1957:13). Com isso, Chomsky estava decidindo-se por estudar a língua em seu estado virtual; ou seja, a *Competência* de um falante ideal em gerar infinitas sentenças com base em um léxico apreendido, a despeito do que seria o *Desempenho*<sup>6</sup> (CHOMSKY, 1965).

Poder-se-ia dizer que, mesmo dentro do paradigma anterior, o estruturalista, já se havia alcançado um alto grau de adequação empírica no que se refere à capacidade de descrever as sentenças de uma língua. O Programa de Pesquisa gerativista tinha como propósito, contudo, ir além de questões meramente descritivas da linguagem. Passou-se a buscar, portanto, a adequação explicativa para o seu objeto de estudo, atendendo a uma possível descrição da competência do sistema interno de língua e à questão da aquisição da linguagem. Esta busca direcionou a pesquisa para a sua *fase cognitiva*.

Na fase cognitiva, a questão da aquisição da linguagem ganha relevo. Essa fase é um momento do desenvolvimento da Teoria Gerativa bastante fecundo, particularmente a partir das ampliações que caracterizaram o Modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), a partir do qual o programa de pesquisa gerativista se define claramente (CHOMSKY, 1986; 1987).

Durante P&P, a empreitada gerativista avança sobremaneira na tentativa de explicar o caráter universal das línguas humanas. As regras sintáticas e, posteriormente, a assunção de filtros, ambas prolíferas na versão da Teoria anterior a P&P, cuja função se justificava por tentar descrever semelhanças e diferenças entre as línguas, deram lugar à existência de princípios universais aplicáveis rigorosamente a todas as línguas. A expressão da distinção entre cada uma das gramáticas passa a atender, por sua vez, pelo nome de parâmetros. A relação entre o modelo de língua e o problema da aprendibilidade de uma

---

<sup>6</sup> Por desempenho entende-se todas as sentenças que o falante geraria ao longo de sua vida, mas não todas as que é capaz.

gramática passa a ser vislumbrada, portanto, como o acionamento de valores de parâmetros, que deverão ser reconhecidos a partir da exposição de uma criança à gramática que irá adquirir.

À TLG, interessa-lhe problematizar a entidade interna, inata e “intensional” da linguagem, a chamada *língua-I*. Esta é tomada como objeto de estudo da TLG, em oposição à *língua-E*, cujo enfoque está no aspecto e-externo e e-xtensional da linguagem. Ao que parece, haveria fatores outros na assunção de uma *língua-E* que fogem ao que seria estritamente linguístico sob a perspectiva da TLG.

Em P&P, a *língua-I* é entendida como componente do aparato cognitivo. Este componente é tido como um gerador de sentenças com propriedades de caráter recursivo e que, por isso, permite a geração de infinitas expressões. Num sentido amplo, esse mecanismo geraria expressões complexas articuladas em níveis de representação linguística. Tais níveis são, de fato, descrições de estruturas simbólicas, conhecidos como *estrutura profunda*, *estrutura superficial*, *forma fonológica* (FF) e *forma lógica* (FL).

A estrutura profunda seria um nível de interface com o léxico, construída a partir de regras de projeção, segundo as propriedades semânticas e sintáticas dos elementos extraídos do léxico. A formação de uma estrutura profunda permite a atuação do aparato gerador de sentenças que deve aplicar as transformações necessárias para a geração das mesmas. A aplicação das transformações sobre a *estrutura profunda* resulta numa *estrutura superficial*, que seria o nível de representação por meio do qual a relação entre FF e FL é mediada. Em FF, recuperar-se-iam as informações de caráter fonológico, enquanto, em FL, teria lugar a interpretação semântica via identificação das atribuições de papel temático através da estrutura argumental das sentenças, definição de foco, força modal, entre outros aspectos.

Em suma, P&P é tomado como o momento da TLG em que há uma grande aproximação ao objetivo de alcançar a adequação explicativa pretendida frente ao problema de desenvolver um modelo de língua adequado ao fenômeno da aquisição da linguagem.

Já na próxima seção, veremos quais avanços são relevantes no que apontamos ser a fase vigente da TLG, o Programa Minimalista, cuja principal preocupação está em ir além da adequação explanatória e determinar que tipo de teoria parcimoniosa, elegante e minimalista poderia responder às premissas

adotadas a partir de P&P. As análises para a passiva a serem apresentadas (Jaeggli (1986), Boeckx (1998) e Collins (2005)) fundamentam-se nos pressupostos e modelos de geração de sentenças de P&P e, mais particularmente, do PM e, como veremos, estão atreladas a muitas propostas de investigação no campo da aquisição da linguagem, tornando-se, portanto, fundamentais para as discussões que proporemos ao longo desta dissertação.

## 2.2. O Programa Minimalista (PM)

O PM não é uma mudança no estatuto teórico da TLG, como explica Eduardo Raposo na passagem abaixo, apenas o caminho natural a ser percorrido por todo programa científico, seguindo o princípio reducionista da navalha de Okham<sup>7</sup> (WILLIAM DE OKHAM, século XVI) que rege toda Ciência Natural:

...o PM não é um novo quadro teórico da gramática gerativa-transformacional, no sentido em que o modelo P&P, ou a Teoria Standard Alargada, ou a Teoria Standard, o são, nesse sentido, o PM não substitui o modelo P&P. Pelo contrário, o PM assenta crucialmente no modelo P&P, e parte dele para propor algumas questões novas que não poderiam, na realidade, ser concebidas fora desse modelo. De certa maneira, o PM é um conjunto de <<orientações>> guiadas pela ideia intuitiva de evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceitualmente necessárias dentro da lógica da Teoria. (RAPOSO, 1999: 15/16)

As linhas de pensamento que conduzem o PM viabilizam a satisfação de condições de economia que guiam o modelo, uma vez que promovem a remoção de tudo o que não seria fundamental, tanto para a interface linguagem-cognição, como para a descrição do próprio modelo em si. O PM se impõe, portanto, a responsabilidade de questionar bases empíricas mínimas que caracterizem a linguagem humana e a forma que a teoria poderia desenvolver uma análise simplificada que reduzisse ao mínimo as estipulações descritivas, dando soluções possíveis através de uma engenharia linguística ótima.

Perseguindo essa redução descritiva, as vertentes expressivas da linguagem ganham um papel de destaque no PM. Essas vertentes vêm a ser representadas como *forma fonológica* (FF) e *forma lógica* (FL) e contemplam o modo como a

<sup>7</sup> O princípio a que se refere como navalha de Okham é também conhecido como princípio de parcimônia e simplicidade das teorias científicas e pode ser mais bem entendido através da frase, (...) *se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações de um fenômeno, a mais simples é a melhor.* – WILLIAM DE OKHAM, século XVI – O frade inglês franciscano defendia que tudo o que houvesse de supérfluo nas teorias humanas a respeito da natureza deveria ser cortado.

chamada *língua-I* se integra natural e inconscientemente às necessidades comunicativas do indivíduo. FF e FL são as interfaces com os *sistemas de performance*, respectivamente, articulatório-perceptual (AP) e conceptual-intencional (CI). Notar a importância destas interfaces com os sistemas de performance referidos para a descrição do fenômeno da linguagem constitui-se, segundo o nosso entendimento, no principal avanço da teoria nos desdobramentos propostos no PM.

A arquitetura da linguagem, portanto, delinea-se com base na ideia de que a faculdade da linguagem tem dois sentidos, um amplo - FLB (*faculty of language in a broad sense*) - e, um estrito – FLN (*faculty of language in a narrow sense*). A FLN seria constituída por um sistema computacional inato que operaria sobre o léxico por meio de operações sintáticas que caracterizam a recursividade das línguas humanas. A FLB inclui os órgãos/sistemas, entre eles, AP e CI, que, como se disse, fazem interface com o sistema computacional por meio de FF e FL, respectivamente.

Nesta nova etapa da TLG, as mudanças ocorrem, sobretudo, na busca por eliminar da derivação sintática níveis da representação simbólica que não se mostrem empírica e teoricamente motivados. Sendo assim, a *estrutura profunda* é descartada em favor de se pensar o início da derivação como um momento de seleção de elementos do léxico, os quais entrariam munidos de seus traços formais para a derivação.

Os traços formais são aqueles que deflagram a atuação do componente gerador de sentenças que, da forma como a arquitetura da linguagem se configura no PM, passa a ser entendido como *sistema computacional das línguas humanas* - (SC). Diz-se do SC que este agiria "cegamente"<sup>8</sup> na manipulação desses traços por meio de operações sintáticas, tais como *merge*, *agree* e *move*<sup>9</sup>, tal como veremos mais adiante (cf. seção 2.2.2.).

Outro nível simbólico é, também, revisto e vê o seu fim no PM: a *estrutura S-superficial*. Esta pode ser caracterizada como o ponto no qual a derivação

<sup>8</sup> A ação das operações do *sistema computacional* teria como foco apenas o momento da derivação em questão, ou seja, ação local, ignorando etapas anteriores ou posteriores. Para maiores detalhes, consultar Raposo, 1999:34.

<sup>9</sup> Algumas traduções são propostas para as operações do sistema computacional, entre as mais conhecidas estão *concatenar*, *concordar* e *mover*, respectivamente. Utilizaremos, nesta dissertação, a terminologia original para nomear ditas operações, entendendo que são de ampla compreensão pelos leitores do Português.

sintática termina, estabelecendo-se uma relação entre FF e FL, por meio do envio de material a esses níveis de representação.

A existência da estrutura-S não se justificava por razões de caráter conceitual, senão empírico. A este momento da derivação eram atribuídas a marcação de Caso e a inspeção de vários princípios subjacentes à teoria da regência e ligação (CHOMSKY, 1982), como a identificação de operadores nulos, a aplicação do *princípio de categoria vazia* (*empty category principle - ECP*) e questões relacionadas à subjacência. Adicionalmente, a estrutura superficial teria sido usada para explicar a diferença paramétrica entre línguas, como questões a respeito do *movimento-QU* ocorrer antes da estrutura superficial, em Inglês, mas depois dessa estrutura, em Chinês. E o mesmo com relação ao movimento de V (verbo) para I (núcleo de IP (*inflectional phrase*)), que ocorreria antes da estrutura superficial, em Francês, e depois da mesma, em Inglês (Cf. HORNSTEIN, NUNES e GROHMANN, 2005). Ao se aventar a possibilidade de reorganização da arquitetura da gramática, distintas propostas permitiram uma implementação técnica em que se mantinham os efeitos empíricos atribuídos a esse nível estrutural (como em relação a Caso, uma vez que não era necessário assumir que o sistema atribuiria Caso aos constituintes, senão que, na verdade, os elementos do léxico viriam, possivelmente, com traços de Caso intrínsecos), fazendo com que a motivação que justificava a existência dessa chamada Estrutura Superficial pudesse ser descartada conceitualmente. Sendo assim, no PM, adota-se uma perspectiva derivacional, com a manutenção de apenas dois níveis representacionais, FF e FL.

A maneira como o léxico é caracterizado tem, também, fundamental importância neste momento, pois é nele que estão especificados os itens que entram no sistema computacional e as suas propriedades. Assim, o SC organiza os itens advindos do léxico sob a forma de pares  $(\pi, \lambda)$ , onde  $\pi$  é objeto de FF (*phonetic form*), e  $\lambda$  objeto de FL (*logical form*). Estes itens lexicais são formados de traços (*features*) de três naturezas: semânticos, fonológicos e formais. O sistema tem que fazer com que os traços relevantes cheguem às interfaces corretas. Para o SC são relevantes apenas os traços formais. Os traços semânticos e fonológicos seriam relevantes apenas às interfaces. Assim sendo, os traços, que não sejam os formais, não seriam detectados pelas operações que se aplicam nesse intervalo entre computação e interfaces, daí dizer que o SC opera cegamente. Os

traços semânticos só recebem uma interpretação na interface semântica, logo, eles devem estar acessíveis à FL.

Os traços formais, por sua vez, poderão, ou não, ser interpretados em FL, dependendo do seu tipo. Traços de Caso não recebem interpretação, porém, outros como os traços- $\phi$ , que indicam gênero, número e pessoa, recebem uma interpretação se eles são parte de um Nome, mas não se são parte de um verbo, por exemplo. Traços categoriais sempre receberão interpretação.

Ao fazer esta relação computação-interfaces, o PM redimensiona o papel das interfaces, colocando-as, grosso-modo, como uma espécie de filtro que só permitirá a passagem de sentenças que atendam às suas exigências<sup>10</sup>. Esses dois sistemas de performance impõem condições sobre FLN, condições de saída (*bare output conditions*). O objeto linguístico, resultado das operações realizadas pelo SC, precisa ser interpretável nas interfaces, logo, diz-se que SC atende ao princípio de interpretação plena (*full interpretation principle*), operando de maneira ótima, segundo as exigências dos sistemas de desempenho.

### 2.2.1. Princípios e Condições básicas do PM

O PM buscará prever, em suas hipóteses, a maneira de atribuir noções como elegância, parcimônia, economia, naturalidade, entre outras, à engenharia da linguagem. Estas noções hipotéticas seriam consideradas como parte de um ‘modo de operação’ da natureza como um todo.

Dizer que o sistema linguístico possuiria um *design* econômico e eficaz deixa para o modelo a tarefa de encontrar sistemas, condições ou restrições que expliquem, razoavelmente, de que maneira estas se estabelecem. As condições à operação das gramáticas corresponderiam aos efeitos de filtragem das interfaces, às condições de saída, e às condições que correspondam às características derivacionais da gramática (*economy conditions*). Hornstein, Nunes e Grohmann (2005) explicam melhor essa tendência do PM na citação abaixo:

(...) we should examine how derivations might be “minimalized” and how exactly Full Interpretation is to be understood. For example, we should consider theories

<sup>10</sup> Esta concepção será explorada pela Teoria Procedimental para a aquisição da linguagem (CORRÊA, 2009a) no que se refere à compatibilização aventada entre o modelo de língua concebido no PM e o processamento da linguagem conduzido pela criança na tarefa de entrar na sintaxe de sua língua, conforme apresentaremos mais adiante, no capítulo 4 desta dissertação (Cf. subseção 4.4.).

that have a least effort flavor, e.g. requiring that derivations be short, or movements be local or operations be simple or that there be no vacuous projections or operations, etc<sup>11</sup>

Uma das condições de filtragem referidas é a condição de legibilidade, assumida no PM como uma imposição das interfaces com o sistema cognitivo de que o resultado de uma derivação seja legível nestas interfaces. Deste requisito nasce o chamado Princípio de Interpretação Plena (*Full interpretation principle*). Este princípio se comporta da seguinte maneira:

A interface FF, interpretada pelo sistema AP, é exhaustivamente constituída por arranjos de traços fonéticos, com uma estrutura silábica e prosódica, numa ordem temporal, etc.; e a interface FL, interpretada pelo sistema CI, é exhaustivamente constituída por entidades semânticas, organizadas de modo exigido por CI: por exemplo, estruturas predicado- -argumentos, sujeito-predicado, quantificador-variável (sem quantificação vácuca); modificadores, operadores, etc. (RAPOSO,1999: 27,28)

Assim, se uma sentença satisfaz o Princípio de Interpretação Plena (PIP), pode-se dizer que ela convergiu para uma interface, no entanto, para que uma sentença convirja plenamente, ou seja, esteja bem formada, a mesma precisa satisfazer as condições das duas interfaces.

O critério de economia, por sua vez, é estabelecido pela preferência pela geração de sentenças que envolvam operações menos custosas para o *sistema computacional*. Por exemplo, assume-se que certas operações, como *merge*, não parecem gerar maiores custos computacionais para o sistema<sup>12</sup>.

Finalmente, o que desejamos ressaltar neste tópico é o fato de que o sistema computacional das línguas humanas e as suas operações recursivas atuam de modo a dar uma resposta ótima a estas condições que viemos discutindo aqui. A necessidade de se ter feito este “esboço” do PM com a sua computação de caráter derivacional e os seus princípios, sobretudo o PIP, se explica pelo fato de que esses avanços encorajariam uma tentativa de compatibilização entre este modelo de língua e modelos psicolinguísticos.

<sup>11</sup>Traduzimos o trecho da seguinte maneira: *devemos examinar como derivações podem ser "minimizadas" e como, exatamente, o princípio de interpretação plena (Full Interpretation) deve ser entendido. Por exemplo, devemos considerar teorias que têm uma tendência ao menor esforço, como por exemplo, exigindo que derivações sejam curtas, ou movimentos locais, ou que as operações sejam simples, ou que não haja projeções ou operações vácuas, etc.*

<sup>12</sup>Para maiores detalhes acerca destas condições, ver Hornstein, Nunes e GROHMANN (2005) no capítulo 10 sobre economia.



Na próxima subseção, daremos continuidade abordando quais seriam as operações que o PM assume para o SC.

### 2.2.2. Operações do Sistema Computacional

No PM, como foi mencionado, o léxico é tomado como uma matriz de traços fonológicos, semânticos e formais. A atuação de um *sistema computacional*, resumidamente, fica responsável pela derivação sintática das expressões linguísticas deflagradas na presença dos referidos traços lexicais. A derivação decorre de operações sintáticas a partir de uma numeração.

A numeração se conforma como um arranjo "A" de escolhas lexicais do tipo  $A = \{\{L_1, i\}; \{L_2, i\}; \{L_3, i\} \dots \{L_x, i\}\}$ , sendo "L" um item do léxico e "i" o índice que representa o número de vezes que "L" será selecionado na operação. É importante reiterar que estes itens carecem de propriedades substantivas, uma vez que se abandonou a ideia da formação de um nível simbólico. Seja um arranjo do tipo exemplificado em (1), diz-se que o SC selecionaria os elementos relevantes item-a-item até reduzir os seus índices a zero. Os itens selecionados são combinados e movidos por meio de operações subsequentes, tais como *merge* e *move*, respectivamente.

$$(1) \quad A = \{C_1; T_1; v_1; O_2; gato_1; morder_1; rato_1\}$$

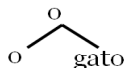
A operação *merge* atuará sobre os itens selecionados e dela dependerão todas as outras que se seguem. É a partir da forma como esta operação combina os diversos elementos lexicais, permitindo que estes formem nós hierarquicamente mais altos, que as demais operações começarão a ser deflagradas.

A formação de nós hierarquicamente mais altos nada mais é que a combinação de dois objetos sintáticos simetricamente (itens lexicais terminais da numeração ou objetos sintagmáticos (*phrasal objects*))  $\alpha$  e  $\beta$  para construir um único objeto, K. Aplicando *merge* a um dos dois elementos que foram agregados ( $\alpha$  e  $\beta$ ), um dos dois se projeta assimetricamente como rótulo do complexo hierarquicamente mais alto. O elemento projetado carrega as propriedades relevantes do objeto sintático formado, tal como pode ser visto em (2) abaixo:

$$(2) \quad A = \{C_1; T_1; v_1; O_2; gato_1; morder_1; rato_1\} \langle \text{Selecionar} \rangle$$

o; gato;

$A = \{C_1; T_1; O_1; \text{gato}_0; \text{morder}_1; \text{rato}_1\}$  <concatenar>



É importante ressaltar que, durante a operação *merge*, existiria um processo semântico decorrente, ou paralelo, do ou ao processo sintático, chamado de processo de saturação (*saturation*). Segundo Chomsky (1995:314), *os papéis temáticos podem ser assinalados sob a operação merge*. Assim sendo, os papéis temáticos dos predicadores são descarregados (*discharged*) na formação da estrutura argumental. A checagem desses papéis, no entanto, só ocorreria em FL. Traços semântico-aspectuais, por exemplo, parecem ser fundamentais para a seleção de seus argumentos e, como aponta Lunguinho (2005)<sup>13</sup>, existem diversas evidências para se pensar que, de fato, esta relação já se estabelece no momento da atuação da operação *merge*.

As operações *merge* e/ou *move*, assim como outras que ocorreriam como diretamente decorrente delas, como *deleção/apagamento*, estão profundamente relacionadas à presença de traços não-interpretáveis na derivação. O compartilhamento de traços entre elementos se faz pela atuação da operação *Agree*. Os traços formais precisam entrar em relação com o mesmo tipo de traço

<sup>13</sup> Diante dos exemplos a seguir,

a. \*Eu comecei a [começar a estudar]

b. \*Terminei de [terminar de fazer meu trabalho para o livro]

Lunguinho (2005) defende que a *agramaticalidade* (a.) e (b.) contraria as previsões para o Português do Brasil, levando-se em consideração que *começar* e *terminar* possuem traço semântico dinâmico (+), o que faria prever que as combinações *comecei a começar* e *terminei de terminar* deveriam ser licenciadas nesta gramática. A impossibilidade dos exemplos que acabam de ser expostos, contudo, vão ao encontro de uma importante hipótese do PM: a de que os elementos do léxico entram na derivação munidos de seus traços. Ou seja, se dois traços aspectuais são concatenados (*merged*) em um dado estágio da derivação, esse estágio se configura como um passo supérfluo, no sentido de trazer um traço que já havia sido introduzido nessa derivação. Veja o exemplo (c.) abaixo:

c. O secretário acabou de acabar de imprimir os formulários.

A leitura do primeiro *acabar*, aqui, tem uma ideia de tempo recente, já o segundo tem uma leitura tética, sendo ambos possuidores de traços fundamentais para a interpretação da sentença; ou seja, a informação dada pelos dois verbos, apesar da redundância fonológica, concebe traços aspectuais diferentes que respeitarão o princípio de interpretação plena e serão mantidos nas interface LF e FF, não sofrendo quaisquer apagamentos. Encontra-se, com este estudo, razão para reafirmar que os traços aspectuais são, de fato, relevantes para deflagrar as operações de *merge* e, quando tais traços se apresentam de forma redundante, são eliminados por não serem necessários na interface, o que, em não sendo assim, incorreria na violação do princípio de interpretação plena (full interpretation). Com isso, a assunção de um nível como estrutura profunda passa, também, a ser desnecessário.

de outro item lexical, a fim de que o sistema verifique se estes combinam entre si<sup>14</sup>.

A operação *move* se define pelo que literalmente seu nome sugere: a alteração dos elementos do lugar em que, originalmente, foram gerados para uma outra posição qualquer na sentença. Uma “motivação” que o SC encontra para a realização de um movimento de constituinte relaciona-se à valoração morfológica.

Concomitante à operação *Agree*, haveria a necessidade de se alçar elementos antes de os enunciados serem enviados para as interfaces por *spell-out*<sup>15</sup>. Há movimento de três tipos: (i) o movimento de núcleo, como por exemplo quando o verbo é alçado para a projeção TP<sup>16</sup> ou mesmo até CP. (ii) O movimento A, onde o alçamento encontra pouso nas posições argumentais e (iii) o movimento A' em que o elemento movido encontra pouso em posições não-argumentais.

As sentenças passivas, como veremos mais adiante, possuem um claro exemplo de movimento, onde um DP é deslocado para a esquerda da sentença. Neste caso, o movimento é considerado do tipo A, segundo a teoria da regência e ligação (CHOMSKY, 1982), pois a posição de pouso é uma posição argumental, a que se atribuiria uma função sintática, no caso, a de sujeito.

Nas linhas que se seguem, partiremos para a tarefa de apresentar, então, o estatuto que as sentenças na voz passiva ostentam dentro da teoria, apresentando uma bibliografia que parece caminhar, como não poderia ser diferente, ladeando a evolução da TLG.

### 2.3. As sentenças passivas

<sup>14</sup> Há dois momentos do desenvolvimento do PM. Em um primeiro momento, assume-se que todos os valores dos elementos já estariam definidos no léxico e seriam apenas checados na sintaxe, ou seja, os itens lexicais entrariam na Numeração totalmente flexionados e a operação de checagem licenciaria ou não o item, mas em Chomsky (1999), a noção de valoração é incorporada. Para haver valoração, admite-se que alguns elementos têm traços com valores definidos e outros precisarão definir seus valores durante o processo de derivação sintática. Os traços de número e pessoa, associados ao verbo flexionado, por exemplo, têm seu valor definido por meio do estabelecimento de uma relação de *Agree* com um DP, já com valores definidos, a ser identificado como sujeito sintático. O traço de Caso também constitui um dos traços sem valor definido, que será valorado como reflexo de uma relação de concordância que se estabeleça entre o DP e uma categoria funcional.

<sup>15</sup> Diz-se de *spell-out* que este seria o momento da derivação em que o objeto sintático, ou partes dele, seria enviado para a interface com a forma fonológica para, então, ser articulado.

<sup>16</sup> As siglas utilizadas para as projeções máximas de determinados núcleos são apontadas na TLG e são adotadas por nós do original. Entre as mais utilizadas estão CP, TP, DP e VP, respectivamente, *complementizer phrase* (sintagma complementizador), *tense phrase* (sintagma temporal), *determiner phrase* (sintagma determinante) e *verbal phrase* (sintagma verbal).

Existem, nas sentenças passivas, características específicas das quais podemos partir para a discussão de inúmeras questões, em especial, para teorias que tentam explicar de que modo as crianças enfrentariam a tarefa de adquirir estas construções. Tomando, como exemplo, uma passiva do Inglês, tal como em (3), podemos fazer as seguintes observações: (i) do ponto de vista estrutural, a sua ordem temática final é não-canônica devido à presença de um movimento de constituinte; (ii) do ponto de vista morfológico, o verbo principal possui uma inserção característica de formação de particípio; (iii) do ponto de vista semântico, a sentença possui uma contraparte na voz ativa, grosso-modo, mais simples estruturalmente; finalmente, (iv) do ponto de vista pragmático, poder-se-ia admitir que, por parte do falante, haveria intenção de se topicalizar o elemento não-agente que, por isso, seria deslocado para a periferia esquerda da sentença.

(3) The rat was eaten by the cat. (*O gato foi comido pelo rato*)

Já em Chomsky (1957), as passivas estavam sendo trazidas à discussão dentro da Teoria Linguística Gerativa. Segundo o autor, haveria uma regra específica de passivização que, ao ser aplicada sobre uma sentença ativa  $S_1$ , poderia ser reescrita como uma passiva correspondente  $S_2$ , como ilustramos em (4) (CHOMSKY, 1957, p.42/43)

(4) *Se  $S_1$  é uma sentença gramatical da forma: [ NP<sub>1</sub> – AUX – V – NP<sub>2</sub> ], então, a sequência  $S_2$  correspondente, da forma: [ NP<sub>2</sub> – AUX + be + en – V – by + NP<sub>1</sub> ] é também uma sentença gramatical.*

Como se apontou anteriormente, a assunção de regras transformacionais tão particulares, como fora ilustrado na aplicação de uma regra de *passivização* a  $S_1$  no exemplo acima, é totalmente abandonada em P&P. A relação assumida, então, pode ser tomada na sentença, em (3), como o alçamento do objeto lógico (*the rat*) do verbo (*eat*) para a posição de sujeito sintático da sentença. E o NP, correspondente ao sujeito lógico do verbo (*the cat*), poderá<sup>17</sup> aparecer dentro do sintagma preposicionado, o que na gramática prescritiva brasileira chama-se de

<sup>17</sup> O verbo utilizado *poderá* faz alusão ao fato de que em várias línguas, senão na maioria delas, o sintagma preposicionado, muitas vezes agentivo, tem um caráter opcional. Esta questão será abordada novamente mais adiante nesta mesma dissertação .

*agente da passiva*<sup>18</sup>. Tendo dito isto, apresentamos, em (5), a maneira como Chomsky (1982) formalizou as propriedades de uma sentença passiva.

- (5) a. [NP, S] não recebe o papel temático do argumento externo.  
b. [NP, VP] não recebe Caso dentro do VP.

Estas duas propriedades, apenas enunciadas aqui, tomaram um forte impulso dentro da Teoria Temática<sup>19</sup> (*θ-theory*) (CHOMSKY, 1982; 1986) em que os papéis temáticos são distribuídos na estrutura argumental. As relações sintáticas e semânticas das passivas tornam-se parte importantíssima de diversas propostas estruturais. Discutiremos, a seguir, três destas propostas, a saber: a de Jaeggli (1986), Boeckx (1998) e Collins (2005).

### 2.3.1. A proposta de Jaeggli (1986)

Esta proposta parte da Teoria Temática e toma posse das propriedades enunciadas em (5) para as passivas. Seu objetivo é discutir e repensar tais propriedades de modo a adequá-las a uma explicação plausível dentro da própria TLG. Para isso, o autor se afasta de uma análise que tenha por base um paradigma de regras específicas para a geração de passivas e avançará com um olhar que leve em conta a interação de módulos da gramática das línguas naturais. Nega-se, portanto, a existência de uma regra específica de geração de passivas em favor de entender a construção das passivas como resultado da interação de operações morfológicas e sintáticas.

A primeira das propriedades da passiva, em (5a.), aponta que, para que o movimento do objeto lógico<sup>20</sup>, da posição de onde é gerado para a posição de sujeito sintático da sentença, ocorra, o verbo não poderia atribuir papel temático a

<sup>18</sup> Alertamos para o fato de que seria, no mínimo, negligente chamar o sintagma preposicionado (PP) de *agente da passiva*, haja vista que, como observado nos exemplos abaixo, adaptados para o Português de Jaeggli (1986), o NP dentro do PP sempre receberá o mesmo papel temático do sujeito da voz ativa, o que significa dizer que, nem sempre, recebe o papel temático de agente.

- a. O João<sub>j</sub> foi morto pela **Maria**<sub>i</sub>. i (*agente*) j (*tema*)  
b. O livro<sub>j</sub> foi enviado pela **Maria**<sub>i</sub>. i (*fonte*) j (*tema*)  
c. O livro<sub>j</sub> foi recebido pela **Maria**<sub>i</sub>. i (*alvo*) j (*tema*)  
d. Aquele homem<sub>j</sub> é temido pelos **garotos**<sub>i</sub>. i (*experenciador*) j (*tema*)

<sup>19</sup> A Teoria Temática vem a ser uma resposta consistente às críticas recebidas pelo Programa Gerativista. Tais críticas, inclusive, haviam dado início à proposta da Semântica Gerativa (KATZ e POSTAL, 1964). Para uma discussão mais ampliada a respeito, remeto o leitor a Borges Neto (2004: 56-58).

<sup>20</sup> O que chamamos de objeto lógico pode ser entendido como o elemento que, semanticamente, se apresenta como complemento do verbo, ainda que, sintaticamente, cumpra a função de sujeito.

esta posição. Isto se deve, obviamente, ao fato de que o NP, que seria movido para a posição de argumento externo<sup>21</sup>, já haveria recebido a atribuição de papel temático enquanto argumento interno. Logo, se o verbo tivesse, de igual modo, atribuído um papel temático à posição de sujeito sintático, a derivação não convergiria, segundo o estabelecido pelo critério- $\Theta$ <sup>22</sup> de que apenas um papel temático pode ser atribuído a um NP ou a um NP terminado naquela posição. Assim, uma vez que o verbo e o seu objeto sejam projetados, diz-se que o NP já seria imediatamente  $\Theta$ -marcado (marcado tematicamente) pelo verbo, carregando este papel temático para a sua posição de pouso, no caso, a posição de sujeito.

Na segunda propriedade, apresentada neste trabalho em (5b.), fica claro que o verbo, por sua vez, não pode atribuir Caso à posição [NP, VP]. O que se está afirmando é que, se o verbo marcasse Caso ao NP que ocupa a posição de argumento interno na entrada lexical, o movimento para a posição [NP, S] seria impedido e a derivação da passiva não poderia convergir, pois este NP não estaria sintaticamente disponível para este movimento.

Frente a esta problemática, far-se-ia necessário apontar soluções que visassem a dar conta, tanto da não atribuição de papel temático ao argumento externo, enunciada em (5a.), como do que teria intervindo na derivação para que o verbo não atribísse o Caso, como fora enunciado em (5b.). Estas são, talvez, as questões mais importantes conduzidas pela proposta que revisamos aqui.

É preciso que se avalie, antes de qualquer afirmação, que é fato nas línguas que a posição a ser ocupada pelo objeto-lógico não recebe qualquer atribuição temática do verbo em passivas. Para elucidar possíveis dúvidas a este respeito, Jaeggli (1986) proporá a observação dos seguintes exemplos com construções com presença de pronome expletivo do Inglês, como vemos a seguir:

<sup>21</sup> Na entrada lexical ou, no início da derivação, já estariam definidas todas as relações sintáticas e semânticas entre o verbo e os seus argumentos. A seleção, em termos semânticos, será chamada de *s-seleção* (seleção semântica). A relação argumental estritamente sintática dar-se-ia dentro de um domínio de regência (CHOMSKY, 1981). No caso dos verbos, dentro da projeção VP. Um predicador, portanto, pode subcategorizar (*c-selecionar* ou selecionar por meio de um critério sintático) argumentos dentro do seu domínio de regência. A combinação do V e seus complementos, formando o VP, poderá tomar um argumento que seria, então, subcategorizado fora da projeção do verbo, sendo denominado seu argumento externo.

<sup>22</sup> É previsto que as relações semânticas e sintáticas entre argumentos ocorram de modo a respeitar um critério-theta/temático ( $\Theta$ -*criterion*) que estabelece que: se um predicador "Y" subcategoriza um elemento "X", então, poder-se-ia dizer que este predicador, também, lhe atribui um papel- $\Theta$  e não mais do que um.

- (6) *It was believed that the conclusion was false.*  
 (7) *It was seen that all the students were wrong.*

O pronome expletivo, como se sabe, é um requerimento puramente sintático, sendo, pois, um elemento vazio semanticamente. Nos exemplos acima, este elemento ocupa a posição argumental de sujeito da passiva que, como foi previsto, não recebeu papel temático e nem poderia. O que isto estaria indicando? De fato, se estruturas passivas licenciam construções com pronomes expletivos, como fica claro que é possível nos exemplos (6) e (7), fica estabelecido que, de fato, o verbo não faria uma atribuição de papel temático a esta posição. Logo, seria sábio supor que algum elemento intervenha para que o mecanismo natural de atribuição temática não ocorra; ou, pelo menos, que algum outro elemento qualquer satisfaça o requerimento do predador que, sem dúvida, tem um papel temático a atribuir.

A proposta oferecida por Jaeggli (1986) é de que esta função de satisfazer o critério- $\Theta$  seria exercida pelo sufixo "-en"<sup>23</sup> das orações passivas. Este morfema agiria como uma espécie de receptor deste papel- $\Theta$ , deixando a posição argumental de sujeito livre para o movimento do NP gerado na posição de objeto do verbo. Esta é a proposta conhecida como absorção do papel temático ( *$\Theta$ -role absorption*).

Ao explicar o porquê de ser o *morfema da passiva* o responsável por dita absorção, em poucas palavras, Jaeggli (1986) assume que o morfema periférico do particípio presente na voz passiva receba o papel temático em lugar de um NP qualquer, como aconteceria mais costumeiramente.

Esta é uma assunção plausível, uma vez que, seguindo Borer (1984), percebeu-se que atribuir o papel temático ao morfema da passiva não encontraria quaisquer impedimentos na atuação do aparato gerador de sentenças, já que não violaria o princípio da projeção. Isto acontece porque o morfema em particular se encontra dentro do domínio de regência do verbo e, ao que parece, este conteria uma visibilidade sintática, permitindo tal atribuição<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> O sufixo (-en) é assim chamado por conta da formação de particípio irregular de vários verbos em Inglês, como *seen, risen, given*, etc. Também, para diferenciar de outros sufixos que servem à formação do passado simples (-ed), como em *fixed, worked*, etc.

<sup>24</sup> Esta hipótese é viabilizada por Jaeggli (1986), motivada empiricamente pelo fato de que línguas como o Inglês e muitas outras não são capazes de gerar uma sentença na voz passiva sem assinalar um papel temático a um argumento externo, pois mesmo em línguas em que passivas podem ser

A segunda propriedade das passivas assevera que o Caso que os verbos acusativos têm a atribuir, não pode ser atribuído dentro do domínio do VP. Porém, Jaeggli (1986) observa que esta propriedade é verdadeira apenas para o Inglês. Sabe-se que, em línguas como Espanhol, Italiano e Português, admite-se o alçamento para a posição [spec, TP] para a marcação do Caso nominativo, mas nem sempre este movimento seria necessário. Veja os exemplos abaixo, todos de sentenças consideradas gramaticais (os exemplos (8) e (9) correspondem aos exemplos (13) e (14) no original (JAEGGLI (1986: 593)):

- (8) Le fue entregado **UN LIBRO** a María por Pedro.  
'Foi-lhe entregado um livro à Maria pelo Pedro.'
- (9) Ne furono riconosciuti **MOLTI**.  
'Foram reconhecidos *Muitos deles*'.
- (10) Foram deixados DEJETOS para trás na praia no último feriado.

Pelo que se tomou como evidência das sentenças das línguas acima apresentadas, a propriedade assumida para a passiva deve ser reelaborada. Logo, Jaeggli (1986) a enuncia da seguinte maneira:

- (11) [NP, VP] não recebe Caso do verbo, uma vez que o Caso nominativo não pode ser atribuído pelo verbo.

Sendo assim, de maneira análoga à absorção do papel temático, Jaeggli (1986) assumirá que o Caso acusativo que o verbo teria a atribuir poderia, também, ser absorvido nos termos do que ocorre na absorção do papel- $\Theta$  apresentada anteriormente. O Caso seria, então, atribuído ao morfema sufixal do verbo da passiva e, uma vez marcado no sufixo, deixaria o NP (objeto lógico) livre para subir e receber Caso nominativo.

Outro aspecto importante na estrutura das passivas e que não foi contemplado por Chomsky (1982) é justamente o *status* argumental do sintagma preposicionado (*by-phrase*). O papel temático do NP contido no sintagma preposicionado será sempre o mesmo, correspondente ao que o verbo teria a atribuir ao seu argumento externo. Isto nos leva a inferir que o NP não seria fruto

---

derivadas de verbos intransitivos, como o Alemão e o Holândes, caso tais intransitivos sejam do tipo ergativos<sup>24</sup> (inacusativos), as passivas destes verbos não convergirão. Ou seja, para toda a língua que forme passiva de verbo intransitivo, apenas para os que subcategorizam a posição do argumento externo, a formação de passiva é possível.



de uma *s-seleção* da preposição conformadora do sintagma. A preposição *by* do Inglês (12-13) (JAEGGLI, 1986:599, (29 a. e b.) no original) e, de maneira similar, a preposição *por* do Português (14-15) só serão capazes de atribuir dois papéis temáticos ao NP que, porventura, selecionem: *locativo* ou *Instrumento*.

- (12) John is killing Mary by **Bill**. (*locativo*)
- (13) John is traveling through Europe by **train**. (*instrumento*)
- (14) Lúcia correu pela **sua rua**. (*locativo*)
- (15) João mandou as informações por **carta**. (*instrumento*)

Na concepção de Jaeggli (1986), o morfema da passiva, já que teria absorvido o papel temático, liberando a posição [NP, S] para a subida do NP - objeto lógico - subcategorizaria o sintagma preposicionado e estaria envolvido na transmissão do papel temático externo para o NP no *by-phrase* de sentenças passivas. Esta ideia, apesar de muito controversa, é implementada seguindo Lieber (1983), assumindo a percolação. De maneira simplista, diremos somente que o morfema seria capaz de tal atribuição temática por transmissão. Porém, se ao NP da *by-phrase* lhe é atribuído papel temático, é possível supor que quem o faça também o esteja *c-selecionando*, respeitando os critérios de seleção sintática. Jaeggli (1986) assumirá, assim, que o morfema da passiva é capaz de subcategorizar o sintagma preposicionado, mas que este o faz opcionalmente, sem que esta opcionalidade se estenda à atribuição de papel temático, pois esta relação temática não estaria prevista na entrada lexical do morfema.

O *by-phrase* receberia este papel temático apenas depois que este é absorvido pelo morfema no momento da sua inserção ao verbo. Assim, se o morfema tiver *c-selecionado* o *by-phrase*, este sintagma poderá ser marcado tematicamente por ele posteriormente. Caso o *by-phrase* não seja subcategorizado, por ser opcional, o morfema não realiza a transmissão do papel temático que não será atribuído a um NP fonologicamente realizado, mas ainda assim disponível para a interpretação da interface lógica, fazendo referência ao que é conhecido, na literatura, como Argumento Implícito (AI)<sup>25</sup>.

Jaeggli (1986) aventa esta possibilidade, baseando-se no que ele vai chamar de 'controle temático' (*thematic control*) realizado por este AI, que estaria

<sup>25</sup> O argumento implícito é um argumento foneticamente nulo, sendo usado para descrever diversos fenômenos sintáticos, entre eles a estrutura passiva. (cf. CHOMSKY, 1981: 60)

disponível à leitura em FL. Esta assunção é feita a partir de uma extensa discussão acerca do controle realizado pelo vestígio do argumento externo, quando combinado a orações adverbiais finais, sempre que ocorre a omissão do sintagma preposicionado. Em (16a.), embora não haja a realização fonológica do sintagma preposicionado agentivo, pode-se observar, pelo exemplo dado em (16b.), que é o vestígio sintaticamente ativo o responsável por controlar o sujeito da sentença final encaixada. Este AI é assumido por Jaeggli (1986) para fins de controle temático de um PRO.

- (16) a. O homem foi empurrado.  
b. O homem foi empurrado [PRO] para abrir caminho.

Esta ideia defendida por Jaeggli (1986) vai ser amplamente discutida na literatura. A assunção de que o AI apresente atividade sintática é um quase consenso (WILLIAMS, 1974; 1985; JACKENDOFF, 1987; JACKENDOFF e CULICOVER, 2003), contudo, a natureza deste AI e a necessidade de representá-lo sintaticamente sob forma de uma categoria vazia, parece gerar grandes controvérsias. Para Boeckx (1998), já dentro de uma perspectiva minimalista, admitir a presença de AI sintaticamente relevante sob a forma de *pro* será vantajosa e fundamental à sua proposta. Passamos, neste ponto, a examinar a proposta de Boeckx (1998).

### 2.3.2. A proposta de Boeckx (1998)

A proposta de Boeckx (1998) se organiza ao redor de três questões principais: (i) o desenvolvimento de uma teoria geométrica de seleção auxiliar baseada num Princípio de Economia de Projeção, (ii) uma relação análoga entre o fenômeno das línguas *pro-drop*<sup>26</sup> e o argumento externo da passiva e (iii) a extensão da teoria de seleção auxiliar para a explicação de problemas residuais. Entre as três questões, a de maior importância para a proposta do autor e a que será mais bem explorada nesta apresentação é a assunção de uma categoria vazia *pro* na passiva, licenciada pela morfologia presente na derivação desta estrutura.

---

<sup>26</sup> Muitas línguas licenciam a presença de um sujeito referencial não realizado fonologicamente. Este é o caso de línguas como o Português, o Espanhol e o Italiano. Nestas línguas, a desinência do verbo serve como a referência suficiente para que o sujeito sintático seja interpretado. Essa propriedade tem sido debatida para o Português Brasileiro (Duarte, 1995; Kato, 1999).

Ao que parece, a natureza, mais ou menos especificada, do elemento que deveria ocupar o argumento externo da passiva, visto por Boeckx (1998) como *pro*, teria fundamental relevância para as ambições de uma teoria que almeja explicar dificuldades para a aquisição em termos de custo computacional.

Dentro de sua proposta, Boeckx enxerga como fundamental a busca pela caracterização dos aspectos mínimos e peculiares da derivação de uma passiva. Questões amplamente abordadas em propostas anteriores, como o movimento A e a adjunção de um *by-phrase*, não se caracterizavam como nuances específicas da derivação da passiva por estarem presentes, também, em outras estruturas. O que poderia ser caracterizado como minimamente peculiar à passiva, na visão do autor, é a sua morfologia.

A morfologia da passiva é assumida como *rica*, *forte* ou *visível* no que diz respeito aos traços nela contidos. Com isto, diz-se que, diante de uma simples inserção morfológica de particípio a um verbo, a leitura Passiva seria deflagrada automaticamente, como se ilustra com o exemplo (17) (BOECKX, 1998:188, nota 333 do original).

- (17) Poisoned.  
'Envenenado.'

A visibilidade destes traços da morfologia, inclusive, é o que permitiria a manutenção do sujeito lógico da passiva implícito. Para se fazer esta asserção, pensou-se no traço da morfologia passiva de maneira análoga ao fenômeno *pro-drop* das línguas de morfologia rica<sup>27</sup>. As duas possibilidades contempladas em (18) seriam licenciadas pela gramática em questão devido à morfologia verbal que permite que o sujeito sintático seja, ou não, realizado fonologicamente. Na sentença (18b.) interpreta-se o sujeito de modo referencial, ainda que não haja realização fonológica.

- (18) a. Io parlo Italiano.  
b. *pro* Parlo Italiano.

---

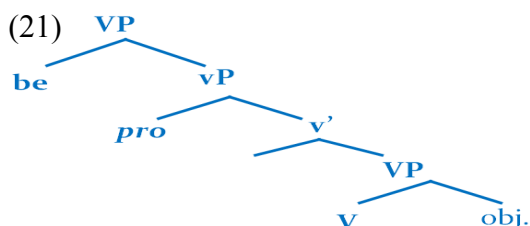
<sup>27</sup> Para uma análise mais detalhada do fenômeno *Pro-drop* em línguas de morfologia rica, Boeckx (1998) remete o leitor à proposta de Rizzi (1986b).

A relação referencial entre *pro* e o verbo *parlo* mostrada em (18b.) seria tão local quanto a relação entre a morfologia da passiva e o sujeito lógico. Conforme apontamos em (19), a relação entre a morfologia da passiva (*-en*) e *pro* será chamada de *pro-drop* aspectual por Boeckx (1998). A presença destes traços no particípio é o que permite que, comparando (19) a (20), o sujeito lógico da passiva permaneça implícito em (19).

- (19) Alguém foi envenenado (*pro*).  
 (20) Alguém foi envenenado por alguém.

Este licenciamento de *pro* “exigido” pela morfologia da passiva pode ser visto por dois ângulos diferentes: (i) um fenômeno da Forma Fonológica e (ii) uma condição computacional de checagem. No que se refere à forma fonológica, assume-se que traços *fortes*, *ricos*, *visíveis*<sup>28</sup> e *audíveis*<sup>29</sup> de um núcleo licenciariam uma categoria *silenciosa*. É importante ressaltar que, na visão de Boeckx (1998), contrário ao exemplo mostrado em (20), esta categoria silenciosa existe mesmo quando o sujeito lógico da passiva está explícito. Sendo assim, não se deve interpretar o chamado *pro-drop* aspectual da passiva exatamente como o *pro-drop* das línguas de morfologia rica. Na análise do autor, este *pro* terá um papel crucial para dar conta das propriedades da passiva.

O segundo ângulo, a que se referiu no parágrafo anterior, é que o licenciamento em si é sinônimo de checagem (ZWART, 1993; EPSTEIN et al., 1996, *apud* COLLINS, 2005). A hipótese assumida é a de que um elemento seria licenciado no nível das interfaces depois que os seus traços tenham entrado em relação de checagem. Segundo a hipótese de Boeckx (1998), *pro* seria licenciado por *v* e manter-se-ia o mais próximo possível do particípio passado na derivação, numa relação estritamente local. Esta relação se dá em *v*, conforme exhibe a estrutura arbórea em (21).



<sup>28</sup> Visibilidade computacional.

<sup>29</sup> Exatamente como a palavra sugere: dotado de material fônico.

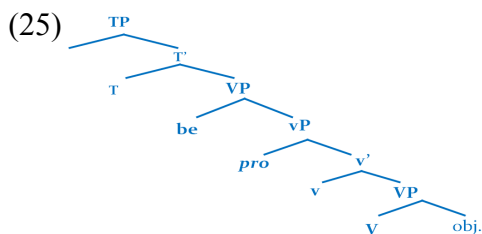
A escolha de *pro* por Boeckx (1998) é feita em razão de não haver qualquer outra categoria vazia possível que explique a saliência sintática observada nas passivas, como em (23), ao compará-las com sentenças médias, como em (24). Nos exemplos (22-23) (JACKENDOFF, 1972) abaixo, observamos o controle exercido pelo agente nas orações finais encaixadas, conforme apontado por Jaeggli (1986).

- (22) They decreased the prices PRO to help the poor.  
'Eles baixaram os preços PRO para ajudar os pobres'
- (23) The prices were decreased PRO to help the poor.  
'Os preços foram baixados PRO para ajudar os pobres'
- (24) \*The prices decreased PRO to help the poor.  
'Os preços baixaram PRO para ajudar os pobres'

Boeckx (1998) assume *pro* e aponta como vantagem o fato de se tratar o fenômeno da passiva dentro de uma mesma rede que explica os fenômenos *pro-drop* sem a necessidade de se inventar uma nova categoria vazia. Há, também, o fato de que *pro* da passiva poderia ser associado ao *pro* que se encontra na posição de objeto, em italiano, uma vez que ambos receberiam Caso acusativo (cf. RIZZI, 1986).<sup>30</sup>

### 2.3.2.1. A natureza do *pro* da passiva

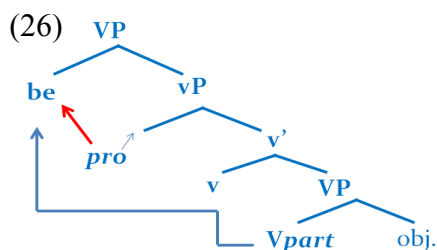
Uma vez assumido *pro*, nos atemos novamente à estrutura arbórea. Visualizando o exemplo (25), pode-se dizer que o argumento externo de uma sentença ativa que, tradicionalmente, ocupa a posição [Spec, *v*], checa o seu traço não-interpretável de Caso, normalmente como nominativo em T; porém, não é isto o que ocorre com *pro* dentro da proposta que vamos apresentando.



<sup>30</sup> Rubin (2004), em sua tese de doutorado, aponta várias razões para se diferenciar os diferentes tipos de *pro*. Para a autora, o *pro* da passiva, proposto por Boeckx (1998), ainda que se assemelhe em certos aspectos ao *pro* do fenômeno *pro-drop* explicado e ao *pro* que se encontra na posição de objeto no italiano, possuiria especificidades relevantes que o tornam único e diferente de todos os demais.

Boeckx (1998) afirma que a condição de localidade entre o sufixo passivo e *pro* não pode ser violada, portanto, *pro* e *v* devem manter-se unidos durante toda a derivação. Ainda assim, *pro* tem traço não interpretável de Caso para checagem. Esse elemento, no entanto, “paralisaria” os traços de Caso acusativo de *v*, perturbando a possível relação de checagem de Caso entre *v* e o objeto lógico da sentença. Diz-se que, com isso, *pro* checaria o Caso acusativo que o verbo teria a atribuir.

Segundo a proposta defendida em Boeckx (1998), o verbo auxiliar *be* teria o seu próprio VP. Enquanto verbo de alçamento, *be* não possui papel- $\theta$  externo a atribuir e, portanto, não projeta especificador, sendo concatenado imediatamente após o estágio anterior da derivação. Assim sendo, o particípio passado passivo se adjunge a *v*, e o complexo [*v*- Vpart] é alçado para *be*. Nesta etapa, *pro* se adjunge ao complexo [*v*- Vpart], e a checagem de Caso acusativo seria feita por adjunção, como está sendo ilustrado em (26) abaixo:

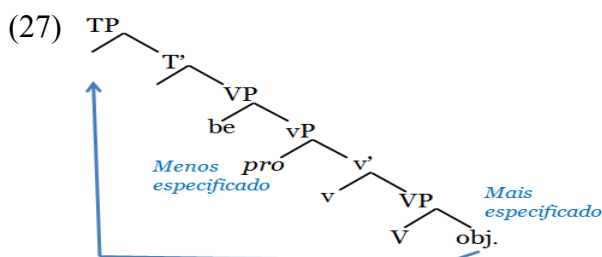


No entanto, se se assume que *pro* possui traços formais, ele está visível para a computação e, em estando visível à atuação do SC, *pro* entraria em relação de checagem com T antes do objeto lógico. Assim sendo, o alçamento do objeto lógico para [spec, T], conforme exige o princípio da projeção estendida (*extended projection principle* - EPP)<sup>31</sup>, encontra uma dificuldade na assunção de *pro*, uma vez que, com a inserção deste elemento, o referido alçamento resultaria na violação do princípio da minimalidade relativizada (RIZZI, 1990).

Boeckx (1998) contorna este fato explicando, comparativamente, a natureza de *pro* a do DP (objeto lógico). Este, em relação a *pro*, teria um conjunto de traços

<sup>31</sup>O traço EPP é tido como aquele que exige a presença de um constituinte em [spec, TP], a posição de sujeito da sentença. Este princípio determina a impossibilidade de uma sentença ser gerada sem um sujeito sintático.

mais especificados, o que faz dele um elemento mais visível à atuação do SC<sup>32</sup> e, portanto, mais apto a satisfazer o EPP, como ilustrado em (27). Deste modo, o autor consegue explicar a razão de o verbo não atribuir Caso ao DP (objeto lógico), permitindo que este seja alçado, checando o traço EPP contra T.



### 2.3.2.2. O argumento externo da passiva segundo Boeckx (1998)

Boeckx (1998) rejeita a assunção de absorção de papel temático (JAEGGLI, 1986; BAKER, JOHNSON e ROBERT, 1989). Logo, caberia perguntar como sua proposta seria capaz de explicar a descarga do papel temático sobre o argumento externo que aparece dentro do sintagma preposicionado.

O papel temático do argumento externo é atribuído ao elemento que ocupa a posição [Spec, *v*]; ou seja, *pro*. Isto explicaria, mais claramente, a diferença entre sentenças na voz passiva, como a de (23) e sentenças na voz média, como a de (24), quanto ao controle exercido pelo argumento implícito nas sentenças encaixadas. A gramaticalidade de (23) com relação à agramaticalidade de (24) poderia ser explicada, portanto, pelo fato de a morfologia da passiva subcategorizar um *pro*, o que não ocorre na voz média. A diferença das propostas anteriores com respeito ao que propõe este autor é que o *pro*, não a morfologia, recebe o papel-temático de argumento externo.

A atribuição temática a *pro*, no caso das passivas curtas/truncadas, é perfeitamente compreensível. No caso das passivas longas/ não-truncadas, a inserção do sintagma preposicionado à estrutura arbórea, geraria uma dificuldade. Como é possível, portanto, que o papel temático seja interpretado em FL no *by-phrase* se é *pro* que o recebe? Em outras palavras, se é *pro* que recebe o papel-

<sup>32</sup> Essa asserção advém da Restrição Especificada do Traço (*Feature Specified Constraint- FSC*) (MURASUGI, 1994) e da Restrição \*I/II (*\*I/II Constraint*) (COLLINS & THRAINSSON, 1996) que assumem que um elemento mais especificado é mais visível para a atração.

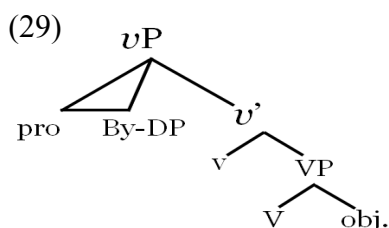
-temático como argumento externo do verbo, como ele é transferido para o *by-phrase*?

Como já apresentamos, Boeckx (1998) defende que, diferentemente do fenômeno *pro-drop*, no *pro-drop aspectual* assumido para as passivas, mesmo quando o sintagma preposicionado é realizado fonologicamente, *pro* é licenciado na derivação. Assim, teríamos uma passiva como (28).

(28) João foi empurrado *pro* por Pedro.

Boeckx (1998) afirma que o sintagma preposicionado, por ser opcional, será inserido na estrutura arbórea por duplicação na forma de aposição (*apposition*) (cf. URIAGEREKA, 1995). Deste modo, assume que o seu *status* seja um misto de argumento e adjunto. É argumento porque ocupa a posição de argumento externo do verbo por duplicação (*doubling*) de *pro* e é adjunto porque se adjunge ao argumento *pro*.

No processo de duplicação, uma vez que o sintagma preposicionado é subcategorizado, o papel temático atribuído a *pro* será lido na *by-phrase* quando a derivação chega à FL. Assume-se, para isso, uma simples transferência de papel temático, já que tanto *pro* como o sintagma preposicionado são dominados por *vP*. A estrutura arbórea proposta por Boeckx (1998) ficaria tal como apresentamos em (29) (BOECKX, 1998: 231, exemplo (175) do original).



Em suma, podemos dizer que uma estrutura totalmente nova foi proposta para a passiva, assumindo uma projeção *v* semelhante a de uma sentença ativa, compartilhando com essa alguns dos passos derivacionais para sua geração, o que parece vantajoso. A adoção da categoria sintática *pro*, na posição em que é inserida constitui-se, também, num possível elemento interveniente para o alçamento do objeto-lógico ao formar a referida cadeia argumental, o que pode ser tomado como dificultador no processo de aquisição causado pelo elemento



interveniente nos termos de uma extensão do princípio da minimalidade relativizada (RIZZI, 1990), conforme já aventado em relação a relativas de objeto (FRIEDMANN, BELLETI e RIZZI, 2009) e que expressa, por sua vez, efeitos de localidade relacionados à intervenção, cuja relevância para a Psicolinguística, inclusive, já teria sido apontada em estudos com afásicos (GRILLO, 2005). Essas questões serão mais detalhadamente problematizadas nesta dissertação a partir das previsões feitas pelo modelo de processamento assumido como parte dos nossos pressupostos teóricos.

Entretanto, não se pode dizer que a proposta de Boeckx (1998), apesar da relevância encontrada para se pensar possíveis dificuldades com a aquisição de passivas e até para o processamento, esteja livre de problemas na adequação do algoritmo gerador destas sentenças na perspectiva da TLG. Na próxima subseção, veremos algumas das dificuldades de se integrar este trabalho dentro do sistema de *Agree* de Chomsky (2000, 2001), apontadas por Lima e Rubin (2008).

### 2.3.2.3. Críticas à proposta de Boeckx (1998)

Chomsky (2000, 2001) propõe que, na aplicação de certas operações do sistema computacional, possa ocorrer um *efeito defeutivo de intervenção*. Logo, deve-se investigar em que medida o AI, representado sintaticamente na passiva, poderia induzir tal efeito, dentro do modelo de *Agree*. Essa é a principal preocupação de Lima e Rubin (2008), que propõem verificar a adequação da proposta de Boeckx (1998) a partir do modelo de *Agree*.

O que Boeckx (1998) sugeriu para explicar o movimento do objeto lógico, e não do *pro*, para T é que *pro*, por ser menos especificado, ficaria 'invisível' para atração, já que o objeto possui todos os traços checados, faltando apenas a atribuição de Caso. A subespecificação ou não especificação dos traços de *pro*, segundo Boeckx, deve-se às seguintes características: (i) ausência de traços fonológicos, (ii) o fato de *pro* ser do tipo D (determinante) e (iii) ausência de traços- $\phi$ . Tudo isto estaria previsto pela 'restrição especificada do traço' (*Feature specific constraint* - FSC) (MURASUGI, 1994). Neste sentido, o objeto que possua um conjunto completo de traços estaria mais 'ativo', 'disponível' ou 'visível' para o movimento, tal como sugere a FSC: *o elemento mais especificado é o atraído*.

Boeckx (1998) prevê, ainda, uma reformulação do conceito de atrair. A maneira como fora originalmente concebido por Chomsky (1995), em (30), aparece em Boeckx (1998), tal como em (31).

(30) **Atrair (Chomsky, 1995:297):** K atrai F se F é o traço mais próximo de um sub-rótulo de K que com ele pode entrar em relação de checagem.

(31) **Atrair (Boeckx, 1998: 320):** Dados a e b, dois elementos, b é atraído para K sse b é mais proeminente que a.

Com este novo conceito, o objeto tem maior visibilidade para o sistema ou, na terminologia de Boeckx (1998), seria mais proeminente por ter um conjunto completo de traços e, por isso, passaria por cima de *pro* sem violar a minimalidade relativizada (RIZZI, 1990). O modelo de Chomsky (1995), assim, licenciaria dita proposta, porém o modelo de Chomsky (2000, 2001), não.

Embora não tenha sido testado para as passivas, já que Chomsky (2000, 2001) não aponta uma necessidade expressa de representação sintática do mencionado AI, qualquer proposta que busque descrever o AI sob forma de *pro*, *PRO* arbitrário ou com qualquer outro primitivo da teoria, esbarrará nos seguintes problemas apontados pelo modelo de *Agree*: (i) o efeito de intervenção defectivo (EID) e o princípio de maximização de relações de checagem (PMRC).

O Efeito de Intervenção Defectivo (EID) ocorreria sempre quando o alvo mais próximo de uma sonda (*probe*), mesmo já valorado, intervenha entre esta sonda e um alvo mais distante, impedindo a operação *Agree* entre esses elementos.

De acordo com o Princípio de Maximização de Relações de Checagem (PMRC), se uma operação está disponível entre uma sonda e um alvo, deverá ser realizada. Trazendo os princípios postulados nesta seção para as passivas e aproximando-os da proposta de Boeckx (1998), Lima e Rubin (2008) levantam uma série de questionamentos, a começar pela constituição dos traços- $\phi$  deste *pro*.

Segundo Boeckx (1998), os traços de *pro* seriam subespecificados ou, mais especificamente, ausentes. Tanto a subespecificação como a ausência de traços- $\phi$  são incompatíveis com o sistema de *Agree*. Caso *pro* possua traços subespecificados deverá haver um elemento disponível para valorá-los e este elemento seria necessariamente o verbo *be* em [spec, V] que, no entanto, também

possui traços subespecificados (não-valorados). Desse modo, tanto *pro* quanto V ficariam sem traços valorados, o que causaria problemas às interfaces (FF, FL).

Lima e Rubin (2008) apontam que seria necessário assumir que *pro* tenha, pelo menos, o traço de pessoa para que seja relevante para o sistema de *Agree*. Por isso, independentemente de este *pro* possuir traços- $\phi$ , completos ou incompletos, ele será um elemento interveniente entre T e o objeto lógico por possuir o traço de pessoa. Assim, adaptando Boeckx (1998) para o sistema de *Agree* de Chomsky (2000, 2001), teríamos que sentenças passivas do tipo (32) não seriam geradas porque *pro* impediria o movimento do objeto lógico para a posição de sujeito, o que contraria os fatos.

(32) João foi empurrado.

Ainda discutindo as impossibilidades da proposta de Boeckx (1998), Lima e Rubin (2008) sugerem que, segundo o princípio da lógica cíclica das relações sintáticas automáticas do sistema de *Agree* de Chomsky (2000), enunciado em (33), seria inviável pensar em paralisação do Caso acusativo que o verbo teria a marcar, pois quando o verbo é concatenado (*merged*) com o DP, já possuiria condições suficientes de que os traços- $\phi$  de *v* sejam valorados e que *v* valora o caso do DP na posição de complemento como acusativo.

(33) As Propriedades da sonda/seletor  $\alpha$  devem ser exauridas antes que novos elementos do subarranjo lexical sejam acessados para deflagrar operações posteriores. (CHOMSKY, 2000)

O que se pode tirar como conclusão destas aproximações teóricas é que o *pro* como AI da passiva parece ser incompatível com o sistema de *Agree* de Chomsky (2000). Por conta disso, Lima e Rubin (2008), como solução alternativa à representação sintática do AI da passiva, assumem que as propriedades temáticas deste argumento estejam configuradas no morfema passivo (JAEGGLI, 1986; BAKER, JOHNSON e ROBERTS, 1989), sugerindo que dito morfema seja um item independente na numeração<sup>33</sup>, já que, ao não dispor do traço *pessoa*<sup>34</sup>,

<sup>33</sup> Na visão dos autores desta crítica, assumir *-en* como argumento em I, como na proposta de Baker, Johnson e Roberts (1989), unindo-se à raiz verbal gerada em V, através de uma operação de movimento para a direita, envolveria uma abaixamento na estrutura (*top-down*), o que é descartado

não se configuraria como um elemento interveniente entre a sonda e o objeto lógico. Esta discussão proposta vislumbra um diálogo com a análise de Kato (1999). A autora propõe que, nas línguas de sujeito nulo, o morfema de concordância se comporta da mesma maneira, sendo gerado em [Spec, v]. Deste modo, na passiva, o morfema de particípio tomaria o lugar de *pro*, que passaria a ser considerado uma categoria vazia desnecessária na derivação. Deste modo, o objeto lógico poderia, sim, mover-se para checar o traço EPP de T.

Adicionalmente, Lima e Rubin (2008) reafirmam a adoção de um verbo leve nas passivas que seja incapaz de valorar o Caso acusativo ao DP objeto lógico da sentença passiva. Na opinião dos autores, ainda que se argumente ser problemática a assunção de verbos leves que se comportem assistematicamente, esta parece ser a solução mais elegante a dar conta do AI das passivas dentro do modelo de *Agree* a que se veio referindo, contrariando Chomsky (1982) de que não deveria haver construções ou regras específicas para fenômenos distintos, o que iria ao encontro da proposta de Boeckx (1998).

Ainda, segundo Lima e Rubin, uma das maiores virtudes da proposta de Boeckx (1998) é, justamente, não utilizar uma categoria funcional específica para o fenômeno das passivas, utilizando a estrutura sintática inicial das sentenças ativas, o que permite considerar as peculiaridades de dito fenômeno dentro de um mesmo mecanismo de derivação. Por outro lado, diante da impossibilidade de se assumir um *pro*, à luz do sistema de *Agree* de Chomsky (2000; 2001), a necessidade de adoção de verbo leve é premente.

Na próxima sub-seção, analisaremos a proposta de Collins (2005), em que o autor assumirá a existência de um núcleo funcional específico para as passivas (*voiceP*) que, conforme evidências translinguísticas, dependeria de fixação de valor paramétrico.

### 2.3.3. A proposta de Collins (2005)

Esta proposta de análise partirá de aspectos de dois momentos da TLG. Um deles alude ao P&P (CHOMSKY, 1982; 1986), em que se assume a ausência

---

no sistema de *Agree*. A independência do morfema à luz da proposta de Kato (1999) com línguas com sujeito nulo é, segundo Lima e Rubin (2008), favorecido em seu exercício teórico.

<sup>34</sup> Discutindo a natureza dos traços que constituiriam o morfema passivo, Lima e Rubin (2008) defenderão que esse morfema possuiria os traços [número] e [gênero], enquanto o traço de [pessoa] estaria ausente (Chomsky 2001). Não possuir este traço o torna um elemento defectivo, mas não interveniente, impossibilitando que este morfema cheque EPP de T.

de regras específicas para a derivação de passivas ou de qualquer movimento para baixo (*downward movement*) e o outro é *Estruturas Sintáticas* (CHOMSKY, 1957). Collins (2005) assume que os argumentos do verbo passivo seriam gerados no mesmo ponto em que são gerados na ativa<sup>35</sup>.

O autor contraria frontalmente a visão mantida em P&P acerca da absorção de papel temático e absorção do Caso (JAEGGLI, 1986; BAKER, JOHNSON e ROBERTS, 1989), justificando sua visão, sobretudo, no que ele considera o maior problema da proposta destes autores: a violação de UTAH (*uniformity of theta assignment hypothesis*) (BAKER, 1988; 1997), conforme explica o autor na passagem a seguir:

Identical thematic relationships between items are represented by identical structural relationships between those items at the level of D-Structure. In the Minimalist Program, there is no independent UTAH; rather the effects of UTAH follow from a restrictive theory of  $\theta$ -role assignment. All  $\theta$ -role assignment is configurational, in the sense that each syntactic position (e.g., Spec,vP complement V) is associated with a particular  $\theta$ -role (or set of  $\theta$ -roles). From the point of view of the Minimalist Program, it is necessary that the  $\theta$ -role of the external argument in the passive be assigned in exactly the same way as the external  $\theta$ -role in the active (COLLINS, 2005: 83-84).<sup>36</sup>

Tendo dito isto, Collins (2005), como se antecipou, rejeita absorção e transmissão de papel temático na passiva e propõe que o argumento externo da passiva seja concatenado (*merged*) da mesma maneira que o é na ativa, recebendo normalmente o seu papel temático. Esse elemento poderá aparecer no interior de um PP<sup>37</sup> (*by-phrase*). Segundo o autor, esta análise é possível uma vez que a natureza desta preposição é absolutamente sintática, como será explicado mais adiante nesta mesma subseção.

<sup>35</sup> Embora Collins (2005) não faça qualquer menção direta, pode-se dizer que este é o tópico mais relevante que esta proposta tem em comum à de Boeckx (1998). O que é bastante interessante em ambas as visões para a dissertação aqui presente é que, nas análises vislumbradas, o argumento externo seria gerado na mesma posição que o é na sentença ativa; ou seja, em [spec, v].

<sup>36</sup> A tradução proposta foi realizada por nós e advém do original: *Relações temáticas idênticas entre os itens são representadas por relações estruturais idênticas entre estes itens no nível da estrutura profunda (deep structure). No Programa Minimalista, não existe UTAH independente; contudo, os efeitos de UTAH seguem uma teoria restritiva de atribuição temática. Toda atribuição temática é configuracional, no sentido de que cada posição sintática (e.g., Spec,vP, complement V) está associada a um papel temático (ou grupo de papéis temáticos) particular. De acordo com o ponto de vista do Programa Minimalista, é necessário que cada papel temático do argumento externo na passiva seja assinalada da mesma maneira que o é na ativa.*

<sup>37</sup> Na verdade, não é exatamente o PP que será adjungido em Spec, v, senão apenas o DP sujeito lógico. Tal explicação, contudo, é deixada para um momento posterior quando outros conceitos da proposta do autor já tenham sido mais bem explicados.

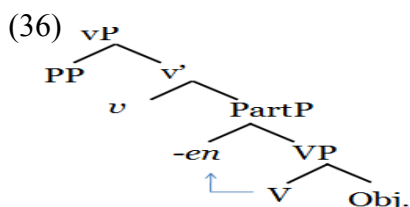
Como se disse, não é apenas a absorção temática a análise rejeitada por Collins (2005). Ele alega que a morfologia de particípio da passiva não seja, de maneira alguma, diferente da morfologia de particípio (QUIRK et al., 1985; WATANABE, 1993, *apud* COLLINS, 2005), como ilustram os exemplos (34) e (35)<sup>38</sup> abaixo:

(34) I have seen John.

(35) John was seen.

Segundo esta proposta, não há razões para se assumir que em (34) o verbo no particípio *seen* seja capaz de atribuir Caso acusativo ao DP *John* sem que haja qualquer absorção e, em (35), o fenômeno da absorção ocorra para a derivação da passiva, uma vez que a morfologia do particípio *-en* é a mesma em ambos os casos.

A derivação da passiva, portanto, ficaria assim: o morfema participial *-en* nucleia o sintagma PartP e o verbo se adjunge a este núcleo para a formação deste particípio. O sintagma PartP é um complemento de *v*. O exemplo (36) ilustra uma estrutura arbórea parcial do que acabamos de explicar.



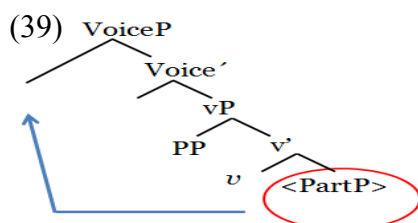
A principal dificuldade com esta proposta parcial para a passiva seria uma violação na ordem natural em que esta é gerada, uma vez que o *by-phrase* precederia o verbo, como em (37), quando em Inglês, por exemplo, a posição obrigatória é posterior ao verbo, como em (38) (COLLINS, 2005: 85, os exemplos (37) e (38) são os mesmos do original (9 a. e b.)).

(37) \*The book was by John written. (\*O livro foi por João vendido.)

(38) The book was written by John. (O livro foi vendido por João.)

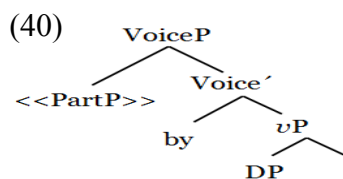
<sup>38</sup> Ambos os exemplos foram citados no original (COLLINS, 2005). Os exemplos não foram traduzidos pois a forma estrutural equivalente no PB *Eu tenho visto o João* não parece ser a tradução ideal haja vista diferenças aspectuais.

Collins (2005) assumirá, no entanto, a existência de um nó funcional, dentro dos possíveis parâmetros a serem fixados numa gramática, chamado *VoiceP*, legitimado pelo participio da passiva. Dada a existência deste nó, a projeção *PartP* subiria para a posição [spec, *VoiceP*], deixando a derivação da passiva da seguinte maneira:



Tendo visto isso, cabe fazer ainda duas perguntas cruciais: (i) o que impede o verbo de checar o Caso do objeto lógico da sentença, uma vez que este não é absorvido pela morfologia? E (ii) se nada impede a checagem, e este verbo ainda tem um Caso acusativo a marcar, como é feita esta valoração de Caso?

Para responder estas perguntas, é preciso retomar primeiro a questão acerca da natureza da *by-phrase*. Para Collins (2005), a preposição *by* é, em suas palavras, postixa (*dummy*). Considera-a assim por ela ser conformada unicamente de traços não-interpretáveis, diferenciando-se, por exemplo, das preposições de locativos que, sim, têm traços interpretáveis para FL. *By* é, portanto, um requerimento puramente sintático específico da voz passiva. A preposição estaria no núcleo do nó funcional *VoiceP*, conforme ilustra o exemplo (40) abaixo:



Neste sentido, assume-se que não há formação de constituinte entre *by* e o DP e que é, precisamente, a preposição que *c-seleciona* *vP*, uma vez que existem estruturas com o nó *vP* sem que, na mesma estrutura, haja a preposição *by*, mas não existe nó funcional *Voice* nucleado pela preposição *by* sem *vP*. Esta preposição teria, ainda, a função de marcar o Caso do DP em [Spec, *vP*], já que ela é quem o *c-seleciona*.

A checagem do Caso acusativo referente ao verbo principal da passiva (particípio) ocorre, na visão do autor, de maneira diferente ao particípio da voz ativa. Collins (2005) assume que o sufixo do particípio (independentemente de voz), em Inglês, não possui traços interpretáveis. Seguindo Watanabe (1993), o autor defende a inexistência de diferença entre o particípio da passiva e o da ativa. Portanto, já que os traços do particípio são não-interpretáveis, eles precisam ser checados/licenciados. O particípio pode ser licenciado pelo auxiliar *have*, que o c-  
-seleciona, ou pela presença do núcleo funcional VoiceP que requer que este se mova para [Spec, Voice]. No primeiro caso, o particípio seria dominado por  $vP$  e capaz de atribuir caso acusativo. No segundo caso, seu movimento para [Spec, Voice] impediria a atribuição de caso ao objeto lógico, que ficaria livre para mover-se para [Spec, TP] e valorar Caso nominativo. O DP gerado em [spec,  $vP$ ] receberia Caso da preposição núcleo de VoiceP, conforme exposto acima em (40).

De modo crucial, Collins (2005) assume que o sufixo da passiva não é um argumento, logo, não pode receber/ absorver o Caso (ao contrário do que propôs Jaeggli (1986)). No entanto, o autor assume que o particípio da ativa e da passiva são idênticos, mas diferem em termos de checagem do Caso.

Em outras palavras, na ativa, o Caso seria checado por  $v$  (CHOMSKY, 1995; COLLINS, 1997), que também atribui papel temático ao argumento externo. Estas duas nuances (checagem de caso e papel temático externo) são distintas e podem ser dissociadas, segundo Collins (2005), na passiva. Na ativa,  $v$  atribui papel temático e checa o Caso acusativo do DP. Na passiva  $v$  faz a atribuição de papel temático, mas a checagem do acusativo seria realizada por [*voice, by*]. Em se tratando das passivas curtas (*short passives*), em que o argumento externo permanece implícito, assume-se a categoria PRO em [Spec,  $vP$ ] e o núcleo de *VoiceP*, normalmente ocupado pela preposição *by*, é nulo.

Tendo resolvido as questões de atribuição temática e marcação de Caso da passiva, levantadas por Jaeggli (1986), ficaria a questão de como sustentar o movimento do DP (objeto lógico) por sobre o DP argumento externo, ou então por sobre PRO, no caso das passivas curtas, já que este movimento esbarraria no princípio da minimalidade relativizada (RIZZI, 1990; 2003) e, também, geraria a violação da condição de ligação mínima (CHOMSKY, 2000).

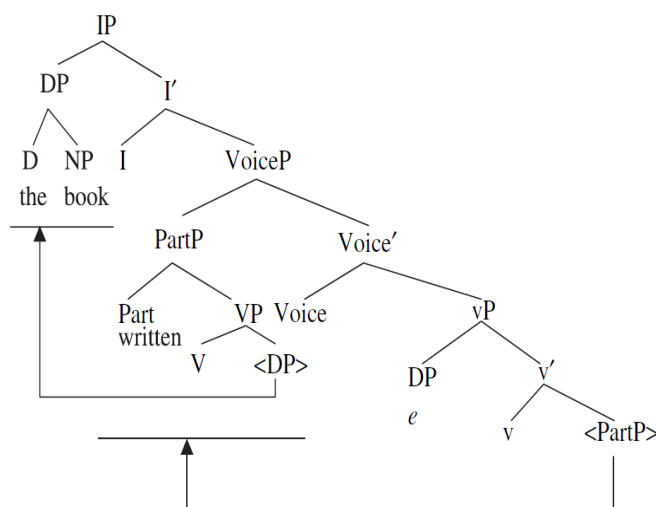


Segundo Collins (2005), este movimento precisa ser licenciado por *Smuggling*. Este movimento por *smuggling* é definido pelo autor da seguinte maneira:

Suppose a constituent YP contains XP. Furthermore, suppose that XP is inaccessible to Z because of the presence of W (a barrier, phase boundary, or an intervener for the Minimal Link Condition and/or Relativized Minimality), which blocks a syntactic relation between Z and XP (e.g., movement, Case checking, agreement, binding). If YP moves to a position c-commanding W, we say that YP smuggles XP past W. (COLLINS, 2005:97)<sup>39</sup>

Como vemos ilustrado na figura 1, em (41)<sup>40</sup>, a proposta de *smuggling* é nada mais que o movimento do núcleo *PartP* para a posição [Spec, *voiceP*], para que, deste modo, o DP (objeto lógico) possa, então, ser movido para a posição de sujeito da sentença, independente da natureza da intervenção, seja por um DP pleno, seja por uma categoria vazia, como no exemplo dado.

(41) Fig. 1: Movimento por *smuggling*



Concluindo seu artigo, Collins (2005) assevera que, se, em GU, o núcleo *voiceP*, projeção composta puramente de traços não-interpretáveis<sup>41</sup>, estiver

<sup>39</sup> A tradução foi realizada do original: *Suponha que um constituinte YP contenha outro XP. Além disso, suponha que XP está inacessível à Z por conta da presença de W (uma barreira, fronteira de fase ou um elemento interveniente para a condição de ligação mínima e/ou minimalidade relativizada), que bloqueia a relação sintática entre Z e XP (e.g., movimento, checagem de Caso, operação de Agree, ligação). Se YP se move para a posição que c-comanda W, diz-se que YP realizou smuggling em XP, sobre W.*

<sup>40</sup> A ilustração foi retirada do original e pode ser vista em Collins (2005:102, exemplo (46)).

<sup>41</sup> Collins (2005: 95) afirma que uma objeção imediata a sua análise adviria do fato de que esteja postulando que um núcleo funcional consista inteiramente de traços não-interpretáveis, citando Chomsky (1995:349). Contudo, Collins (2003a; 2005b) e Baker e Collins (2003) discutem a

ausente, não há a possibilidade de se gerar uma passiva e aponta que, de fato, estas línguas existem (KEENAN, 1985), atribuindo a existência de *voiceP*, como se falou, a uma fixação paramétrica.

Em suma, a diferença mais relevante entre as propostas para a passiva aqui apresentadas (BOECKX, 1998 e COLLINS, 2005) é a assunção de um núcleo funcional *voiceP*, fruto de valoração paramétrica durante a aquisição de uma gramática, o que permitiria justificar o movimento de toda a projeção *PartP* para o seu especificador e o movimento do objeto lógico para a posição de sujeito sintático por *smuggling*, independentemente da presença de elementos intervenientes.

Queremos ressaltar, ainda, como veremos no capítulo 4 desta dissertação, que o movimento contemplado nas análises de Boeckx (1998) e de Collins (2005) pode ser entendido, do ponto de vista do processamento, como mais custosos para a computação linguística, o que nos permitirá aventar que este maior custo incida num atraso para a aquisição de passivas, em especial, as passivas longas. No entanto, abriremos espaço, assim como fizemos no concernente ao trabalho de Boeckx (1998), para considerarmos algumas críticas a respeito da proposta de Collins (2005).

### 2.3.3.1. Críticas à proposta de Collins (2005)

A análise de Collins (2005) trouxe o mecanismo de *smuggling*, explicado na subseção anterior, como o meio encontrado pelo sistema computacional de promover o movimento do DP (objeto-lógico) para a posição de sujeito sintático da passiva, sem violar o princípio da minimalidade relativizada e sem violar a *uniformity of theta-role assignment hypothesis* - UTAH. No entanto, Gehrke e Grillo (2009) (doravante, G&G) atribuem à adoção desse mecanismo, nos moldes sugeridos pelo autor, um potencial problema da análise:

Even though Collins' account seemingly solves the locality issue, it raises several new ones, the most severe of which is that it poses serious look-ahead problems. (GEHRKE e GRILLO, 2009, p. 233)<sup>42</sup>

---

sintaxe de conectores em grande detalhe, mostrando que eles são precisamente núcleos funcionais compostos de traços não-interpretáveis.

<sup>42</sup> A tradução proposta para o trecho é: *Ainda que a proposta de Collins aparentemente resolve a questão da localidade, levanta muitas outras; a mais severa delas é a que traz problemas de look-ahead.*

De acordo com a visão da TLG, o sistema computacional deveria aplicar a operação de movimento da passiva, levando em consideração os traços não valorados do DP (objeto lógico) em questão, sem que, *a priori*, contemple as etapas seguintes da derivação, o que configuraria o chamado *look-ahead*, que os autores acima citados apontaram como problemático.

Diante do problema colocado pela computação *look-ahead*, G&G colocam as seguintes questões a respeito do *smuggling*: (i) qual seria o status deste mecanismo na teoria? (ii) quais são os limites de *smuggling* e, de modo geral, de computações com *look-ahead*? (iii) O *smuggling* não poderia ser aplicado em outras estruturas, como a de movimento A', por exemplo, a fim de se evitar efeitos de minimalidade causados por elementos potencialmente intervenientes? (iv) como explicar o fato de que numa sentença, como *There was a Suabian killed*, existe uma interpretação passiva, independentemente, da existência de movimento do argumento interno para a posição de sujeito sintático.

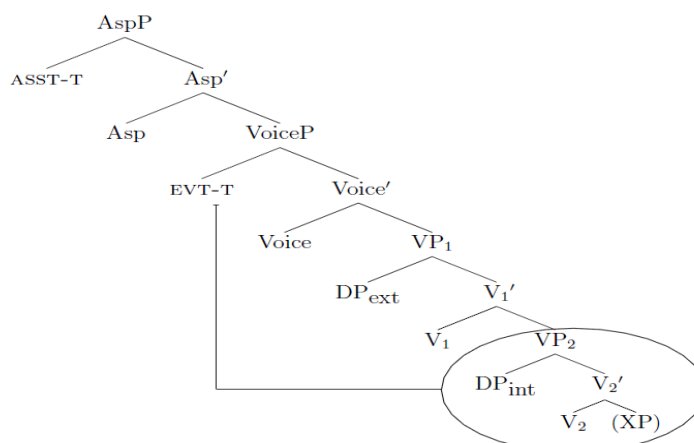
G&G, assim, reinterpretam o movimento por *smuggling* na derivação de uma passiva a partir da observação de requerimentos semânticos e discursivos aí envolvidos. Em sua proposta, os autores dissociam o movimento de um argumento-DP para a posição [spec, TP] para a satisfação de EPP do movimento de parte de uma estrutura eventiva complexa, como veremos mais adiante. Isto lhes permite explicar o fato de que, numa sentença como em (42), o DP não precisa ser alçado para a posição [spec, TP] para que a interpretação passiva seja aplicada.

(42) Havia uma pessoa morta.

No geral, a análise destes autores incorpora a estrutura de Collins (2005), mas diferentemente deste autor, assume que a operação característica da passiva é completamente independente da promoção do argumento interno para a posição de sujeito da sentença, senão que atende a critérios semânticos. A passiva é tratada dentro de uma concepção de estrutura de eventos complexa, em que um macro evento é decomponível em subeventos específicos (Dowty, 1979). Adotando o modelo de Travis (2000), faz-se uso de uma estrutura de concha para o VP com duas camadas: V2 introduz o argumento temático (DP<sub>int</sub>), como o ponto final do

evento, enquanto V1 corresponde à causa, enquanto sub-evento, e introduz o argumento externo ( $DP_{ext}$ ). Em termos semânticos, o predicado BECOME é associado ao VP mais baixo enquanto CAUSA é associado ao VP mais alto. Esses elementos são dominados por *voiceP*, o qual, por sua vez, é dominado por AspP. Assim, a leitura passiva implica selecionar um elemento estativo, ao qual se pode associar o componente BECOME (V2), obtendo-se uma leitura de estado consequente (resultativa), o qual sofrerá um tipo de topicalização, movendo-se para [Spec, Voice]. Esse movimento se justifica pelo requerimento de topicalização e pelo fato de que permite que um elemento da estrutura de eventos atemporal se mova para uma projeção discursiva na borda da fase VP, representada por VoiceP, ficando disponível para o domínio temporal, como é ilustrado na figura em (43)<sup>43</sup> a seguir. O movimento do VP mais baixo para [Spec, Voice], como em Collins (2005), é, portanto, motivado semanticamente:

(43) Fig. 2: Reinterpretação para smuggling



Segundo G&G, a possibilidade de haver o predicado BECOME é essencial para a passivização, sendo responsável por distinguir os predicados que podem formar boas passivas. Logo, os tipos de eventos previstos como passivizáveis são os processos culminados e culminações (VENDLER, 1967). Os autores notam, no entanto, que um problema com sua análise é que vários verbos estativos admitem a passivização. É o caso dos verbos *know*, *surround*, *own*, *believe*, entre outros, como aparece ilustrado em (44)<sup>44</sup>.

<sup>43</sup> A figura foi retirada do original, em Gehrke e Grillo (2009:236, em (8)).

<sup>44</sup> Os exemplos foram retirados do original Gehrke e Grillo (2009: 244, em (27)).

- (44) a. The house is owned/ surrounded by the army.  
 b. The answer/myth is known/believed by the pupils.  
 c. Adriana is loved (by Luigi).

Essa possibilidade estaria vinculada à uma operação semântica do tipo *type-shift* que associaria o predicado BECOME aos verbos que permitissem uma leitura que leve em consideração a reinterpretação de um resultado/estado consequente.

Essa questão é, sem sombra de dúvida, relevante no que diz respeito aos verbos psicológicos, que denotam um estado. Belletti e Rizzi (1988), por exemplo, mostram que existem três tipos de verbos psicológicos: do tipo *temer* (*temere*), do tipo *preocupar* (*preoccupare*) e do tipo *agradar*<sup>45</sup> (*piacere*). Em Português, Cançado (1995) faz uma divisão semelhante, propondo quatro grupos distintos, o do grupo *temer*, *preocupar*, *acalmar* e *animar*. No que concerne à formação de passivas, admitem passivas sintáticas os grupos de verbos *temer*, *acalmar* e *animar* e admitem passivas adjetivas apenas os grupos de verbos *preocupar* e *animar*. O trabalho de Naves (2005) também aponta para aspectos relevantes em relação aos verbos psicológicos e a possibilidade de alternância sintática a partir de uma análise que foca a interface sintaxe-semântica para a explicação do fenômeno<sup>46</sup>. A presença dos traços télico (associados a classes de verbos *processos culminados* e *culminações* de Vendler (1967)) e de afetação com mudança de estado licenciariam a alternância em determinados predicados.

Para o nosso trabalho, mais importante do que o reenfoque proposto por Gehrke e Grillo (2009) quanto ao movimento do DP (objeto-lógico) para a posição de sujeito sintático por meio de *smuggling*, no qual se coloca a crítica à proposta de Collins (2005), é a diferenciação sintática que pode ser atribuída a estruturas eventivas, resultativas e estativas.

Tendo em vista demandas computacionais distintas, poder-se-ia aventar, também, diferença significativa no custo de processamento entre estas estruturas, o que poderia intervir diretamente no processo de aquisição de estruturas passivas

<sup>45</sup> Do Inglês *to please*. Gehrke e Grillo (2009) chamam este grupo de *appeal-type*.

<sup>46</sup> A alternância sintática diz respeito à possibilidade que certos verbos apresentam de projetarem tanto uma estrutura transitiva quanto uma intransitiva na sintaxe:

- (a) A ameaça de greve geral preocupa o governo.  
 (b) O governo se preocupa com a ameaça de greve geral.

adjetivas e verbais, segundo o modelo de processamento que adotamos nesta dissertação. Voltaremos a esta questão ao apresentarmos as características da passiva do Português e o tratamento dado a ela por meio do Modelo Integrado da Computação *on-line* (CORRÊA e AUGUSTO, 2007) (cf. subseções 4.6.1. e 4.6.2.).